

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONCURSO PÚBLICO/2013

Provas Objetivas e Discursiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/área a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Texto Definitivo e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

• Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

• Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

• É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 11

1 Marilena Chaui, filósofa brasileira, afirma que, para
a classe dominante brasileira (os “liberais”), democracia é o
regime da lei e da ordem. Para a filósofa, no entanto, a
4 democracia é “o único regime político no qual os conflitos são
considerados o princípio mesmo de seu funcionamento”:
impedir a expressão dos conflitos sociais seria destruir a
7 democracia. O filósofo francês Jacques Rancière critica a ideia
de democracia que tem estruturado nossa vida social — regida
por uma ordem *policial*, segundo ele —, devido ao fato de ela
10 se distanciar do que seria sua razão de ser: a instituição da
política. Estamos acomodados por acreditar que a política é
isso que está aí: variadas formas de acordo social a partir das
13 disputas entre interesses, resolvidas por um conjunto de ações
e normas institucionais. Essa ideia empobrecida do que seja a
política está, para o autor, mais próxima da ideia de *polícia*, já
16 que diz respeito ao controle e à vigilância dos comportamentos
humanos e à sua distribuição nas diferentes porções do
território, cumprindo funções consideradas mais ou menos
19 adequadas à ordem vigente. Estamos geralmente tão
hipnotizados pela “necessidade de um compromisso para se
alcançar o bem comum” e pela opinião de que “as instituições
22 sociais já estão fazendo todo o possível para isso”, que não
conseguimos perceber nossa contribuição na legitimação dessa
política policial que administra alguns corpos e torna invisíveis
25 outros.

O conceito de *política* trabalhado pelo autor traz como
princípio a *igualdade*. Uma igualdade que não está lá como
28 sonho a ser alcançado um dia, mas que é uma potencialidade
que “só ganha realidade se é atualizada no aqui e agora”. E
essa atualização se dá por ações que irão construir a
possibilidade de os “não contados” serem levados em conta,
31 serem considerados nesse princípio básico e radical de
igualdade. Para além dos movimentos sociais, existem os
ainda-sem-nome e ainda-sem-movimento. Diz o autor que a
34 *política* é a reivindicação da parte daqueles que não têm parte;
política se faz reivindicando “o que não é nosso” pelo sistema
de direitos dominantes, criando, assim, um campo de
37 contestação. Em uma sociedade em que os que não têm parte
são a maior parte, é preciso fazer *política*.

Marco Antonio Sampaio Malagodi. Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil. In: Espaço e economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica. jan./2012. Internet: <<http://espacoeconomia.revues.org/136>> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto, julgue os itens de 1 a 4.

1 O emprego da locução “no entanto” (ℓ.3) evidencia que a ideia de Marilena Chauí acerca do conceito de democracia diverge da ideia de democracia que a autora atribui à classe dominante brasileira.

- 2 Segundo o filósofo Rancière, para que haja democracia, a política não se deve caracterizar como um regime “*policial*”.
- 3 Os integrantes da sociedade que não são “levados em conta” (ℓ.31) devem ser representados pelos movimentos sociais existentes para que tenham suas necessidades atendidas e, de fato, sejam tratados com igualdade, segundo o filósofo francês.
- 4 O texto defende a ideia de que a sociedade brasileira conforma-se com o sistema político vigente e, por essa razão, não reivindica mudanças.

Julgue os itens que se seguem, acerca das estruturas linguísticas do texto.

- 5 As formas verbais compostas ‘estão fazendo’ (ℓ.22) e “irão construir” (ℓ.30) poderiam ser substituídas, respectivamente, pelas formas verbais simples **fazem** e **construirão**, uma vez que são equivalentes em sentido.
- 6 A expressão ‘no qual’ (ℓ.4) poderia ser substituída pelo vocábulo **onde**, sem prejuízo para a correção e para as ideias do texto.
- 7 A correção do texto seria mantida caso o pronome “se” (ℓ.10), em vez de anteceder, passasse a ocupar a posição imediatamente posterior ao verbo: devido ao fato de ela distanciar-se.
- 8 No trecho “devido ao fato (...) da política” (ℓ.9-11), mantendo-se as ideias e a correção do texto, a expressão nominal “a instituição da política” poderia ser transformada em oração, desde que o sinal de dois-pontos que a antecede fosse substituído por vírgula, da seguinte forma: por ela se distanciar do que seria sua razão de ser, que é a instituição da política.
- 9 O emprego do sinal indicativo de crase na expressão “respeito ao controle e à vigilância dos comportamentos humanos” (ℓ.16-17) é facultativo.
- 10 A oração reduzida “cumprindo funções (...) ordem vigente” (ℓ.18-19) poderia ser reescrita, sem alteração das ideias ou prejuízo para a correção gramatical do texto, da seguinte forma: de forma a cumprir funções, de certa forma, conformadas à sociedade vigente.
- 11 O sentido original do texto seria alterado caso se inserisse uma vírgula imediatamente após a palavra “*policial*” (ℓ.24).

1 A Constituição Federal de 1988 prevê que o cidadão
que comprovar insuficiência de recursos tem direito a
assistência jurídica integral e gratuita. Em outras palavras, o
4 brasileiro ou o estrangeiro que não tiverem condições de pagar
honorários de um advogado e os custos de um processo têm à
disposição a ajuda do Estado brasileiro, por meio da defensoria
7 pública.

Podem ter acesso ao serviço pessoas com renda
familiar inferior ao limite de isenção do imposto de renda.
10 No entanto, se esse patamar for ultrapassado, o
indivíduo deve comprovar que tem gastos
extraordinários, como despesas com medicamentos
13 e alimentação especial.

A assistência gratuita inclui orientação e defesa
jurídica, divulgação de informações sobre direitos e deveres,
16 prevenção da violência e patrocínio de causas perante o Poder
Judiciário — desde o juiz de primeiro grau até as instâncias
superiores, inclusive o Supremo Tribunal Federal (STF). Com
19 a assistência jurídica gratuita, o indivíduo conhece um pouco
mais sobre seus direitos e deveres e tem acesso à justiça para
exercer sua cidadania.

Internet: <www.brasil.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, referentes à estrutura linguística e às ideias
do texto acima.

12 O trecho “A assistência gratuita (...) Poder Judiciário”
(ℓ.14-17) pode ser reescrito, mantendo-se a correção e as ideias
do texto, da seguinte forma: A assistência gratuita inclui:
orientação, defesa jurídica, divulgação de informações sobre
direitos e deveres, prevenção da violência e patrocínio de
causas frente ao Poder Judiciário.

13 As duas ocorrências de sinal indicativo de crase no texto
(ℓ.5 e 20) são obrigatórias.

14 O governo brasileiro oferece o mesmo tipo de assistência a
brasileiros e estrangeiros que residam em território nacional e
comprovem insuficiência de recursos.

15 A supressão do acento gráfico da forma verbal “têm” (ℓ.5) não
prejudicaria a correção gramatical do período, uma vez que o
verbo pode apresentar concordância com a ideia singular de
“brasileiro” (ℓ.4) ou de “estrangeiro” (ℓ.4) ou com a ideia
plural de “o brasileiro ou o estrangeiro” (ℓ.3-4).

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**
(MRPR), julgue os itens seguintes, acerca do tipo de linguagem e
das características das comunicações oficiais.

16 Somente as comunicações dirigidas aos chefes de poder
receberão o vocativo “Excelentíssimo Senhor”. As
comunicações dirigidas às demais autoridades tratadas pelo
pronomine “Vossa Excelência” terão como vocativo “Senhor”,
seguido do respectivo cargo.

17 Caso os ministros da Justiça e da Educação queiram propor
medida ao presidente da República, eles deverão encaminhá-la
por meio de uma exposição de motivos interministerial, a qual
deve ser assinada por ambos.

18 Para tratar de assuntos oficiais internos aos órgãos da
administração pública, os documentos oficiais mais adequados
são o aviso e o memorando, os quais apresentam estrutura
praticamente idêntica.

19 Telegrama e correio eletrônico têm em comum a flexibilidade
em sua forma estrutural, a celeridade da transmissão de
informação e o baixo custo. Esses meios diferenciam-se,
principalmente, pelo fato de que o correio eletrônico prescinde
de certificação digital que ateste a identidade do remetente,
conforme determina a lei.

Julgue os próximos itens, acerca de redes de computadores, do
programa de correio eletrônico Outlook Express e do Microsoft
Office 2013.

20 Durante a edição de um texto no Microsoft Word 2013, caso
haja necessidade de substituição de uma palavra por outra com
o mesmo significado, pode-se fazer uso do dicionário de
sinônimos, acessível no menu Editar.

21 Uma rede local (LAN) permite conectar um número reduzido
de computadores entre si, uma vez que ela é usada para
comunicação em uma área geograficamente pequena. A
recomendação técnica é de que esse número não ultrapasse
cem computadores.

22 No Outlook Express, existem algumas pastas padrão, como,
por exemplo, a pasta Caixa de saída, que é destinada a
armazenar os *emails* que foram criados e que ainda não foram
enviados aos destinatários. É possível, por meio dessa pasta,
agendar um horário para o envio dos *emails*.

Julgue os itens seguintes, relativos a procedimentos de segurança da
informação e à utilização do *firewall*.

23 Uma das formas de um servidor público proteger as
informações confidenciais de uma organização é impedir que
pessoas não autorizadas acessem seu ambiente de trabalho e
utilizem seu computador.

24 Um *firewall* é um *software* que realiza análises do fluxo de
pacotes de dados, filtragens e registros dentro de uma estrutura
de rede e executa comando de filtragem previamente
especificado com base nas necessidades de compartilhamento,
acesso e proteção requeridas pela rede e pelas informações
nela disponíveis.

RASCUNHO

Para a tramitação de processos protocolados, determinado tribunal adota a metodologia apresentada a seguir:

- todos os processos referentes apenas à administração pública são encaminhados à seção A;
- todos os processos referentes apenas a entidades privadas são encaminhados à seção B;
- todos os processos que envolvem administração pública e privada são encaminhados à seção C e, após análise, são encaminhados à seção A ou B;
- todos os processos que chegam à seção A, provenientes de C, são, posteriormente, encaminhados para B, e todos os processos que chegam à seção B, provenientes de C, são posteriormente encaminhados para A.
- todos os processos que chegam à seção A, que não sejam provenientes diretamente da seção C, são analisados por Francisco;
- todos os processos que chegam à seção B, que não são provenientes diretamente da seção C, são analisados por Rute ou Mateus;
- Francisco, Rute e Mateus analisam apenas processos que não sejam provenientes diretamente da seção C.

Com base nessas informações, julgue os itens subsequentes.

- 25 Um processo que for enviado da seção C para a seção B será necessariamente analisado por Francisco.
- 26 Se, de sete processos que chegarem à seção B, apenas dois deles forem encaminhados diretamente pela seção C, então a quantidade de formas distintas de escolha do servidor (Francisco, Mateus ou Rute) que analisará esses processos será superior a 15.
- 27 Considerando que, em determinado dia, foram protocolados 50 processos, dos quais, 28 faziam referência à administração pública e 40, a entidades privadas, então, nesse dia, a quantidade de processos que faziam referência exclusivamente à administração pública foi superior a 12.
- 28 Nenhum dos processos analisados por Francisco se refere exclusivamente a entidades privadas.
- 29 Caso dois processos sejam aleatoriamente selecionados de uma lista que contenha 10 processos relativos exclusivamente à administração pública, 10 relativos exclusivamente a entidades privadas e 20 relativos aos dois setores, a probabilidade de esses dois processos se referir exclusivamente ao setor público será igual a $\frac{3}{52}$.

No tocante à aplicabilidade e à eficácia dos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 30 Segundo jurisprudência firmada pelo STF mediante aprovação de súmula vinculante acerca da matéria, somente será admissível o uso de algemas quando houver necessidade de transporte do preso para ser conduzido até delegacia, presídio ou mesmo sala de audiências, justamente pelo fato de se expor a perigo a autoridade policial, colocando em risco a sua integridade física.
- 31 O direito à tutela jurisdicional efetiva tem o condão de direcionar a atuação do juiz, vinculando-o em seu modo de proceder, já que é seu dever empregar a técnica processual adequada ao caso concreto.

Em relação às atribuições e às competências dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue os próximos itens.

- 32 O Superior Tribunal de Justiça tem competência para processar e julgar originariamente mandado de segurança contra seus próprios atos.
- 33 O presidente do Conselho Nacional de Justiça será o presidente do STF; e, nas suas ausências e impedimentos, o substituto será o presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- 34 Se, por iniciativa de um deputado federal, o Congresso Nacional aprovar lei ordinária que insira dispositivo legal no texto da Lei n.º 8.112/1990, para criar gratificação destinada a remunerar todos os servidores públicos que exerçam atividade em região de fronteira, o presidente da República deverá sancionar a referida lei ordinária, tornando-a vigente a partir da sua publicação, já que ela se encontra em conformidade com a Constituição Federal.
- 35 Diante de duas interpretações possíveis de lei ou ato normativo federal ou estadual, deve ser adotada a interpretação compatível com a Constituição Federal, sendo admitida também a declaração de inconstitucionalidade daquela que se encontre em dissonância com o texto constitucional, por meio de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
- 36 Constatada a violação do direito de pessoas carentes, em face da publicação de lei federal voltada para a regulamentação da previdência social que impeça o acesso dos cidadãos a informações de seu interesse particular perante órgãos do Instituto Nacional do Seguro Social, o defensor público geral federal terá legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade perante o STF. Contudo, tal providência não impedirá que cada cidadão possa individualmente impetrar *habeas data* para resguardar o seu direito.
- 37 Se, diante das recentes manifestações populares, a presidenta da República editar medida provisória, tornando vinculantes os efeitos das decisões que, no caso concreto, sejam tomadas pelos juízes em primeira instância, com a impositiva necessidade da observância dos casos julgados pelo STF, denominados *leading case*, então, nessa situação hipotética, dentro do prazo legal, o Congresso Nacional deverá ratificar a referida medida por meio da conversão desta em lei ordinária, e a presidenta sancionará o texto normativo, passando a nova lei a vigorar a partir de sua publicação.

A respeito do acesso à informação por parte dos cidadãos e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens de **38** a **41**.

- 38 Caso determinado servidor do Ministério da Justiça tenha dúvidas a respeito de qual opção escolher entre as disponíveis, a lei estabelece que, com base no seu senso de justiça e acuidade, deverá optar pela que se apresente mais razoável.
- 39 Considere que determinado cidadão tenha apresentado petição no Ministério da Justiça insurgindo-se contra o fato de não ter sido divulgado no sítio oficial do órgão na Internet programa elaborado com vistas ao combate às drogas. Nesse caso, tem razão o requerente, haja vista que a divulgação do programa no sítio é obrigatória.

40 Instaurado processo de ofício pela comissão de ética para apuração de prática de ato em desrespeito às normas éticas, não haverá ilegalidade em ser mantida, para esse processo, a chancela de reservado, até que ele seja concluído.

41 O referido código de ética não considera servidora pública a pessoa que presta serviço de natureza eventual e sem remuneração a entidade da administração pública indireta.

Com relação ao Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras Drogas, julgue o item abaixo.

42 O fortalecimento das ações de enfrentamento ao uso de *crack* e outras drogas ilícitas envolve a estruturação, a integração, a articulação e a ampliação das ações voltadas à prevenção do uso e ao tratamento dos usuários, mas não contempla a ampliação das redes de atenção à saúde em benefício do usuário, haja vista o dever do poder público de dar tratamento igualitário a toda a comunidade.

Com relação ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

43 Os princípios fundamentais orientadores de toda a atividade da administração pública encontram-se explicitamente no texto da Constituição Federal, como é o caso do princípio da supremacia do interesse público.

44 Nos termos da Lei n.º 8.666/1993, há apenas dois critérios para julgamento das propostas dos interessados em participar de certame licitatório: o menor preço, que seleciona a proposta mais vantajosa para a administração; e a técnica e preço, que é utilizada para serviços de natureza predominantemente intelectual.

45 Embora institua normas para licitações e contratos da administração pública, as disposições da Lei n.º 8.666/1993 aplicam-se, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da administração.

46 Considerando-se que o poder administrativo disciplinar é discricionário, a administração tem a liberdade de escolha entre punir e não punir a suposta infração cometida por servidor público.

47 O Poder Judiciário pode examinar atos da administração pública de qualquer natureza, sejam gerais ou individuais, unilaterais ou bilaterais, vinculados ou discricionários, mas sempre sob os aspectos da legalidade e, também, da moralidade.

48 O Poder Executivo compõe, junto com o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Ministério Público, a quadripartição de poderes no Estado brasileiro.

Com relação aos agentes públicos e à improbidade administrativa, julgue os itens que se seguem conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

49 Não é devido o pagamento de auxílio-transporte ao servidor público que utiliza veículo próprio no deslocamento para o trabalho.

50 Para a caracterização de ato de improbidade por ofensa a princípios da administração pública, exige-se a demonstração do dolo *lato sensu* ou genérico.